



Dinâmica demográfica e segregação urbana da população brasileira nas cidades médias espanholas: uma análise exploratória geográfico-estatística

Demographic Dynamics and Urban Segregation of the Brazilian Population in Spanish Medium-Sized Cities: A Geo-Statistical Exploratory Analysis

Igor Martins Medeiros Robaina ^[a] 

Burgos, Espanha

^[a] Universidade de Burgos | ^[b] Universidade Federal do Espírito Santo

Ítala Luzia de Andrade ^[b] 

Vitória, ES, Brasil

^[b] Universidade Federal do Espírito Santo

Carlos Hugo Soria Cáceres ^[a] 

Burgos, Espanha

^[a] Universidade de Burgos

Gonzalo Andrés ^[a] 

Burgos, Espanha

^[a] Universidade de Burgos

IR é doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: igorobaina@gmail.com

ILA é doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e-mail: italicalandrade@gmail.com

CHSC é Professor titular na Universidade de Burgos, Doutor em Geografia, Urbanismo e Ordenamento do Território pela Universidad de Valladolid, e-mail: chsoria@ubu.es

GA é professor catedrático de Geografia Humana na Universidade de Burgos, doutor em Geografia Humana pela Universidad de Valladolid, e-mail: gandres@ubu.es

EDM é Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP) e dos Programas de Pós-graduação em Demografia (UNICAMP) e Geografia (UFES). Pesquisador do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP), e-mail: ednelson.dota@ufes.br

Ednelson Mariano Dotta^[b] 

Vitória, ES, Brasil

^[b] Universidade Federal do Espírito Santo

Como citar: Robaina, I., Andrade, I. L., Cáceres, C. H. S., Andrés, G., & Dotta, E. M. (2025). Dinâmica demográfica e segregação urbana da população brasileira nas cidades médias espanholas: uma análise exploratória geográfico-estatística. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.17, e20240180. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.017.e20240180>.

Resumo

O presente artigo investiga de maneira preliminar e exploratória a distribuição e segregação da população de origem brasileira nas cidades médias da Espanha, preenchendo uma lacuna nos estudos sobre segregação urbana nessas áreas, aspecto importante no contexto urbano espanhol pela sua dinâmica demográfica, funcionalidade e conectividade urbana. Utilizando dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a pesquisa analisa a evolução e o impacto da imigração brasileira em 34 áreas urbanas no interior peninsular ao longo de cinco períodos (2003, 2007, 2012, 2017 e 2022). O Índice de segregação (IS) é empregado para analisar a segregação urbana. Os resultados revelam a concentração da população brasileira em três eixos e sugere a possibilidade de uma regionalização dessa distribuição populacional baseada em características sociodemográficas, econômicas e culturais. O ID, apesar de não oferecer uma análise completa sobre a segregação urbana, indica como uma possível hipótese sobre redes de apoio entre imigrantes, uma vez que áreas com maior concentração de brasileiros geralmente apresentaram IS menores, com tendências de serem baixos ou médios. O trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas demográficas e socioespaciais dos brasileiros na Espanha, ressaltando a importância das cidades médias na presença de imigrantes e na estruturação urbana.

Palavras-chave: migração, segregação urbana, cidades médias, população brasileira, Espanha.

Abstract

This article presents a preliminary and exploratory investigation into the distribution and segregation of the Brazilian-born population in medium-sized cities in Spain, addressing a gap in urban segregation studies within these urban contexts—an important aspect of Spanish urbanism due to their demographic dynamics, functionality, and urban connectivity. Using data from the Spanish National Statistics Institute (INE), the research analyzes the evolution and impact of Brazilian immigration across 34 urban areas located in the Spanish hinterland over five periods (2003, 2007, 2012, 2017, and 2022). The Segregation Index (SI) is employed to assess patterns of urban segregation. Findings reveal the

concentration of the Brazilian population along three main axes and suggest the possibility of regionalizing this spatial distribution based on sociodemographic, economic, and cultural characteristics. Although the SI does not provide a comprehensive picture of urban segregation, it raises the hypothesis of support networks among immigrants, as areas with a higher concentration of Brazilians generally presented lower SI values, tending to fall within low or moderate segregation levels. This study contributes to understanding the demographic and socio-spatial dynamics of Brazilians in Spain, emphasizing the role of medium-sized cities in immigrant settlement and urban structuring.

Keywords: migration, urban segregation, medium-sized cities, Brazilian population, Spain.

Introdução

De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, o Brasil possui uma população estimada em pouco mais de 203 milhões de habitantes. Além disso, aproximadamente 4,5 milhões de brasileiros residem no exterior, o que representa cerca de 2,4% da população residente no país (Brasil, 2023). Dentre os destinos, destaca-se a Península Ibérica como uma região significativa na distribuição territorial desses expatriados, sendo a Espanha o sexto principal destino dos emigrantes brasileiros, acolhendo cerca de 165 mil indivíduos, o equivalente a 3,6% do total (Brasil, 2023).

Considerando os aspectos gerais mencionadas, este trabalho tem como objetivo geral analisar, de forma preliminar e exploratória, a evolução da dinâmica demográfica e as possíveis tendências e padrões de segregação residencial da população brasileira nas cidades médias espanholas entre 2003 e 2022, considerando sua distribuição espacial e os possíveis fatores socioeconômicos associados. Para isso, o escopo principal se desdobra nos seguintes objetivos específicos: (a) Comparar o ritmo de crescimento da população em escala nacional e nas 34 áreas urbanas das cidades médias espanholas consideradas no estudo, analisando diferentes grupos (população total, estrangeiros, sul-americanos brasileiros, a fim de identificar hipóteses explicativas para variações demográficas (b) Examinar a distribuição da população brasileira nessas 34 áreas urbanas, verificando a existência de padrões geográficos de concentração, comparando com a sua distribuição proporcional em relação à população estrangeira. (c) Avaliar os níveis de segregação da população brasileira nessas cidades médias, explorando, em conjunto com os elementos anteriores, os possíveis condicionantes sociodemográficos e econômicos que influenciam sua organização espacial.

No entanto, é necessário registrar que, embora existam estudos sobre a população brasileira na Espanha, estes se concentraram predominantemente na análise do volume migratório e seu impacto socioeconômico (Barrio & Duarte, 2012), na identidade cultural (Guizardi, 2013), no tráfico de pessoas (Pérez, 2015), no mercado do sexo e em questões matrimoniais (Piscitelli, 2009; Becerril & Cabello, 2022), além da migração de retorno (Cavalcanti & Parella, 2012).

Além disso, persiste a escassez de estudos sobre as cidades médias no âmbito da migração brasileira ao exterior, tema relevante diante da crescente importância desses centros frente às tradicionais análises sobre grandes metrópoles. Também há lacunas significativas quanto à relação entre local de residência e segregação urbana dos brasileiros na Espanha, apesar da relevância acadêmica e governamental do tema (Porcel, 2020; Checa & Arjona, 2006). Diante disso, buscamos compreender a distribuição dos brasileiros nessas cidades, o papel desses centros na rede migratória e os padrões de segregação que os afetam. A análise articula segregação urbana, dinâmica migratória internacional, redes de migrantes e cidades médias.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem exploratória e estatística, com técnicas descritivas baseadas na taxa de crescimento populacional, na população absoluta e em análises proporcionais do peso relativo da população brasileira. A principal fonte são os dados do Padrón Contínuo de Habitantes (INE), para os anos de 2003, 2007, 2012, 2017 e 2022. A análise da segregação utiliza ainda dados censitários e o Atlas de Distribuição de Renda Domiciliar (INE, 2021), com unidades territoriais menores para maior precisão no cálculo do Índice de Segregação Residencial (ISR).

Deste modo, o artigo está estruturado em cinco seções principais. Após esta introdução, a seção 2 aborda conceitos centrais sobre segregação e migração internacional em cidades médias. A seção 3 detalha a metodologia e fontes utilizadas. A seção 4 discute os resultados obtidos. Finalmente, a seção 5 apresenta as conclusões, reconhecendo limitações e sugerindo caminhos futuros de pesquisa.

Cidades médias, segregação urbana e população estrangeira: uma revisão de literatura

Historicamente, as cidades concentram a maior parte da população imigrante, sobretudo as grandes metrópoles, devido à oferta diversificada de empregos, serviços, redes sociais de apoio e infraestrutura de integração (De Haas, Castles & Miller, 2019). A condição de estrangeiro, porém, é fortemente influenciada pela hierarquia urbana e pelas dinâmicas econômicas, políticas e sociais do país de destino (Carling & Schewel, 2020). Esses fatores conferem especificidades à experiência migratória em pequenos centros, cidades médias ou metrópoles.

Estudos sobre migração, população estrangeira e segregação urbana têm crescido nas últimas décadas, ampliando a compreensão das interações entre processos migratórios, presença estrangeira e segregação socioespacial. Globalmente, destacam-se análises sobre segregação residencial na América do Norte, América Latina, Ásia e Oceania. Nos Estados Unidos e Canadá, a segregação racial e étnica persiste, ligada a fatores históricos, econômicos e políticas habitacionais excludentes (Bauder & Sharpe, 2002; Eriksson & Ward, 2019). Na América Latina, desigualdades socioeconômicas e informalidade urbana moldam padrões específicos de segregação (Sabatini, Cáceres & Cerdá, 2001; Rodríguez & Arriagada, 2004). Na Ásia, estudos sobre China, Singapura e Japão analisam como urbanização acelerada e migrações internas impactam a segregação socioespacial (He, Li & Chan, 2015; Liang, 2025). Na Oceania, Austrália e Nova Zelândia evidenciam a influência de políticas migratórias seletivas (Johnston, Poulsen & Forrest, 2011; Lee, 2025).

Na Europa, destacam-se análises comparativas sobre segregação de imigrantes (Malheiros, 2002; Musterd, 2005; Tammaru et al., 2015; Arbaci, 2019). Na Espanha, embora existam contribuições relevantes (Díaz Parra, 2010; Bayona i Carrasco & Gay, 2011; Porcel & Antón, 2021), persiste a ausência de estudos integrados que abordem cidades médias e a diversidade interna das populações estrangeiras, evitando generalizações.

O debate sobre cidades médias na Espanha vem ganhando destaque (Navarro, González & Gómez, 2020; Bellet & Andrés, 2021; Andrés et al., 2023), acompanhando tendência observada no Brasil. A desaceleração metropolitana e o crescimento de centros intermediários tornam crucial a análise da segregação urbana nesses espaços. Segundo Andrés & Bellet (2022), essas cidades, com 50 mil a 250 mil habitantes, exercem influência regional e oferecem diversificada oferta de empregos e serviços, atraindo populações vizinhas e impulsionando o desenvolvimento regional.

No Brasil, desde os anos 1980, observou-se a dispersão da população do entorno metropolitano para o interior, em que cidades médias assumiram novas funções na reestruturação produtiva (De Mattos, 2010; Queiroz et al., 2020). Pesquisas ressaltam sua relevância regional, marcada por especificidades que as distinguem das metrópoles (Sposito, 2001, 2009). A conceituação, contudo, permanece desafiadora, dada sua

heterogeneidade e as desigualdades regionais (Amorim Filho, 2007). Batella (2013) destaca sua posição intermediária e funções híbridas, rompendo hierarquias urbanas convencionais.

A combinação dessas características com o assentamento de imigrantes revela impactos significativos sobre a segregação urbana, especialmente em contextos de alta atração migratória. Tal segregação resulta de processos de diferenciação e separação populacional, mediados por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais (Vaughan & Arbaci, 2011; Tammaru et al., 2015).

Estudos clássicos e contemporâneos demonstram como as interações entre setores urbanos e infraestruturas estruturam as desigualdades nas cidades (Wirth, 1929; Zorbaugh, 1929; Villaça, 1998; Capel, 2002; Wacquant, 2007).

Diante do exposto, o estudo atual busca contribuir para preencher esta lacuna sobre as cidades médias, a segregação urbana e a população brasileira como grupos estrangeiro, especificamente na Espanha, explorando como as contribuições teóricas e os resultados em outras pesquisas participam na possível explicação sobre a segregação socioespacial da população brasileira. A seguir, na seção metodológica, detalharemos as abordagens adotadas para investigar essas relações e os dados utilizados na análise.

Materiais e métodos

Recorte espacial

A delimitação espacial deste artigo foi fundamentada nos critérios estabelecidos no âmbito do projeto de pesquisa “Segregación socioespacial y Geografías de la vida cotidiana en las ciudades medias españolas y sus áreas urbanas”, (PID2021-124511NB-C21), financiado pelo Ministerio de Ciencia y Innovación (MCIN) do governo espanhol.

A proposta centra-se em um universo de estudo determinado por 34 áreas urbanas, sendo cada área articulada por uma cidade média. A seleção dessas áreas foi definida com base na proposta metodológica do Atlas Estatístico das Áreas Urbanas do Ministerio de Transportes, Movilidad y Agenda Urbana (MTMA, 2018), que delimita claramente as áreas urbanas espanholas segundo critérios populacionais e geográficos. De acordo com esse atlas, as áreas urbanas são identificadas considerando as seguintes exigências: (a) presença de um município central com população entre 50 mil e 250 mil habitantes; (b) a população total da área urbana não pode ultrapassar 400 mil habitantes; (c) os municípios incluídos nas áreas plurimunicipais devem possuir no mínimo 1 mil habitantes; (d) inclusão das cidades de Soria e Teruel, que apesar de terem menos habitantes, são capitais provinciais e, portanto, têm relevância regional específica (Bellet e Andrés, 2021; Andrés López et al., 2023).

As áreas selecionadas também cumprem critérios adicionais estabelecidos pela equipe de pesquisa, derivados de projetos anteriores, que definem o espaço urbano por meio de uma metodologia que considera: (1) a delimitação do espaço de influência do núcleo principal; (2) uma análise multicritério envolvendo indicadores de urbanização, habitação, população e estrutura produtiva; e (3) o Índice de transformação urbana (Andrés et al., 2023).

Na Espanha, embora a *Ley 7/85 de Bases de Régimen Local* indique que as cidades médias possuam entre 20 mil e 100 mil habitantes, diversos estudos acadêmicos e técnicos territoriais têm ampliado este

intervalo para um espectro demográfico entre 50 mil e 250 mil habitantes (López Trigal, 2014; Miramontes Carballada Ángel & Vieira Sa Marques, 2016; Gómez, Vieira e Hernández, 2020). Considerando essa perspectiva ampliada, optou-se por adotar a delimitação proposta pelo Atlas MTMA (2018), referência reconhecida e amplamente utilizada para estudos urbanos e territoriais no contexto espanhol.

O Atlas MTMA (2018) identifica 86 áreas urbanas com mais de 50 mil habitantes, abrangendo 753 municípios espanhóis, que concentram aproximadamente 70% da população total do país, apesar de representarem apenas 9% do total nacional de municípios e menos de 10% da superfície territorial. Destas, 20 são grandes áreas urbanas (GAU) articuladas por cidades com mais de 250 mil habitantes e com população total superior a 400 mil habitantes. O restante, composto por 60 áreas urbanas articuladas por cidades médias (MAU), constitui o objeto central deste estudo. Essas 60 áreas MAU abrangem 245 municípios, ocupam uma superfície de aproximadamente 24.172 km² e abrigam cerca de 8.110.564 habitantes, representando 17,5% da população nacional e 21% da população urbana espanhola (Padrón Municipal, INE, 2018).

Todas as cidades objeto do estudo contam com uma área urbana predefinida, sendo identificados os municípios que conformam o conjunto da área urbana, a partir do conjunto explicativo anteriormente realizado. São as seguintes cidades e suas respectivas áreas urbanas:

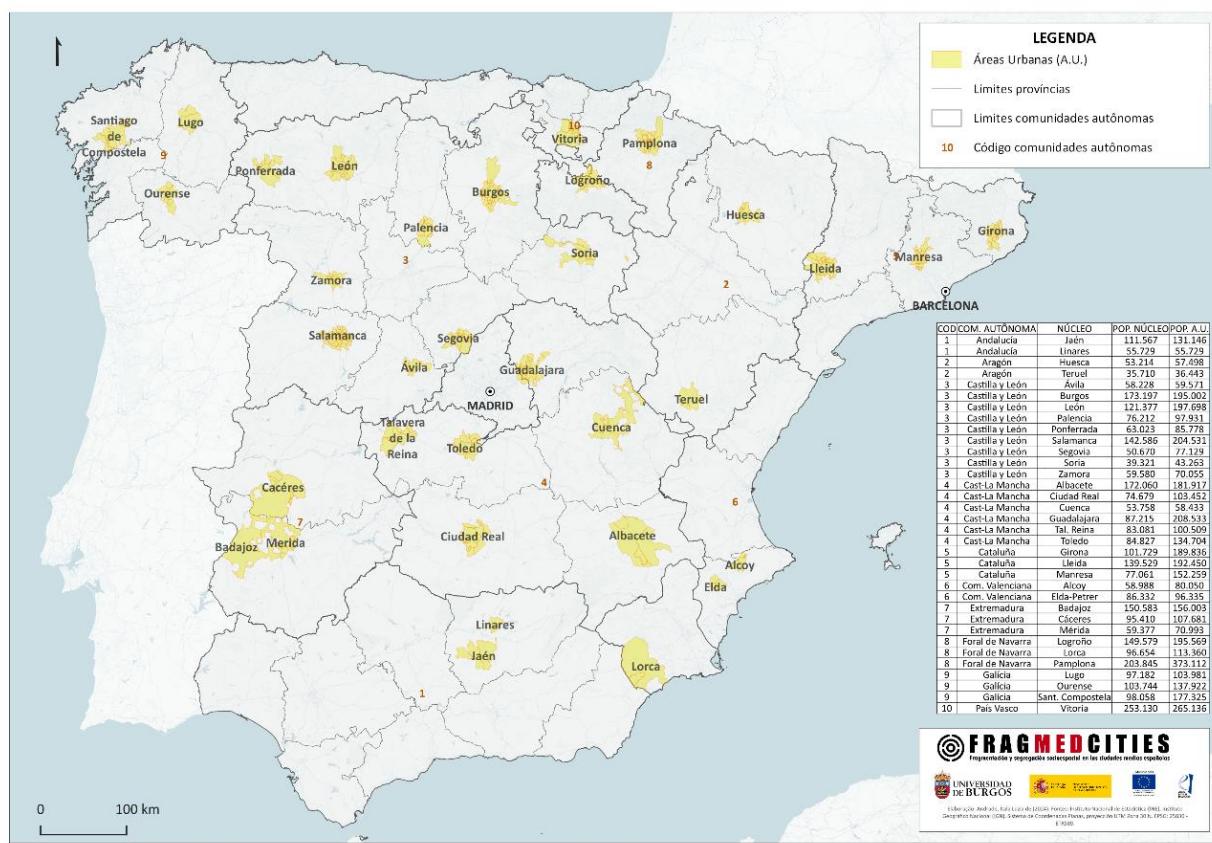


Figura 1 – Áreas urbanas articuladas por cidades médias, Espanha. Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística (INE)" (2022). Elaboração própria (2024).

Deste modo, o processamento, tratamento e análise dos dados foram divididos em duas etapas: (1) distribuição, evolução e impacto da imigração brasileira nas cidades selecionadas; e (2) a aplicação do Índice de Segregação Residencial (ISR).

(1) Distribuição, evolução e impacto da imigração brasileira

Definições adotadas: (1) População brasileira: pessoas nascidas no Brasil, conforme registro do Padrón Contínuo de Habitantes, foco central deste estudo; (2) Estrangeiros: pessoas nascidas fora da Espanha; (3) Sul-americanos: nascidos em Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A principal fonte de dados foi o Instituto Nacional de Estatística (INE), especialmente a Estatística do Padrón Contínuo de Habitantes, com séries históricas referentes às populações brasileira, estrangeira e sul-americana, para o país e municípios, nos anos 2003, 2007, 2012, 2017 e 2022.

A abordagem comparativa visa identificar especificidades da imigração brasileira em relação a outros grupos estrangeiros. Embora o foco recaia sobre os brasileiros, a comparação com outros sul-americanos, estrangeiros em geral e a população total das cidades fornece elementos preliminares para compreender dinâmicas demográficas e socioespaciais, destacando particularidades desse grupo. Foram selecionados quatro períodos para análise do crescimento populacional nas diferentes escalas territoriais, permitindo comparações temporais e espaciais. O primeiro período cobre os anos anteriores à crise de 2008 (2003-2007), seguido pelo auge da crise (2007-2012), pela recuperação gradual (2012-2017) e, por fim, o período que antecede e inclui a pandemia de Covid-19 (2017-2022).

A Estatística do Padrón Contínuo, baseada nos registros municipais obrigatórios, oferece dados detalhados por níveis territoriais — nacional, comunidades autônomas, províncias, municípios e seções censitárias — com informações sobre residência, sexo, idade, nacionalidade e local de nascimento. A obrigatoriedade e atualização anual garantem análises temporais consistentes da imigração legal. Calculou-se a taxa média geométrica anual de crescimento das populações brasileira, estrangeira e sul-americana nos quatro períodos analisados, comparando-as para situar os brasileiros no contexto regional-global. Por fim, analisou-se a população brasileira nas 34 cidades médias em termos absolutos e relativos, avaliando seu peso entre os estrangeiros.

(2) Segregação da população brasileira na Espanha

A Embora o Padrón Contínuo forneça dados anuais e viabilize análises temporais, suas variáveis são limitadas para o cálculo do Índice de Segregação Residencial (ISR). Por isso, optou-se pelo Censo de População e Habitação e pelo Atlas de Distribuição da Renda dos Domicílios (ambos de 2021), elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Conforme o regulamento 763/2008 do Parlamento Europeu, os países da União Europeia devem realizar censos a cada 10 anos. Na Espanha, a referência do último censo foi 1º de janeiro de 2021 (INE, 2023). Esse censo baseou-se majoritariamente em registros administrativos, tendo como fonte central o Padrón Contínuo, complementado por outras bases, como a Encuesta de Población Activa (EPA), a Encuesta Continua de Hogares (ECH) e, especificamente, a Encuesta sobre Características

Esenciales de la Población y las Viviendas (ECEPOV-2021), aplicada a cerca de 1% da população para aprimorar variáveis e suprir lacunas dos registros administrativos (INE, 2023).

A utilização de índices para analisar a segregação residencial é amplamente debatida, considerando potencialidades e limitações (Wong, 2004; Gorard, 2011). O índice empregado neste estudo integra a categoria dos índices de igualdade (Martori & Hoberg, 2004), cuja lógica se baseia na comparação entre a distribuição de um grupo nas seções censitárias e sua proporção na população total. Assim, se um grupo representa 20% da população, seria esperada a mesma proporção em cada seção; desvios dessa distribuição indicam níveis de segregação.

Desenvolvido por Duncan e Duncan (1955), o índice varia de zero (distribuição igualitária) a um (máxima segregação), podendo ser também expresso em porcentagens. Amplamente reconhecido na literatura (Jakubs, 1981; Massey & Denton, 1988; Wong, 2009; Holloway, 2017), o ISR permite avaliar a separação espacial entre grupos étnicos, raciais ou socioeconômicos, sendo uma ferramenta objetiva, de fácil aplicação cartográfica e particularmente eficaz para o estudo das dinâmicas de segregação.

$$ISR = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n \left| \frac{a_i}{A} - \frac{b_i}{B} \right|$$

a_i é a população do grupo de interesse na unidade espacial i ,
 A é a população total do grupo de interesse em toda a cidade,
 b_i é a população do grupo de comparação na unidade espacial i ,
 B é a população total do grupo de comparação em toda a cidade,
 n é o número total de unidades espaciais consideradas.

Figura 2 – Índice de Segregação Residencial (ISR). Elaboração própria (2023).

Sua facilidade de interpretação, em comparação a índices mais sofisticados que consideram barreiras urbanas, não compromete sua eficácia na mensuração da desigualdade na distribuição de imigrantes frente à população total. Essa clareza torna o ISR acessível tanto para pesquisadores quanto para formuladores de políticas públicas.

Em um estudo abrangendo 34 cidades espanholas com contextos urbanos diversos, o ISR viabiliza uma análise homogênea e comparativa. Tal abordagem é crucial diante das variações internas das unidades censitárias e das configurações territoriais das comunidades autônomas, assegurando coerência metodológica na análise da segregação da população romena.

Embora sólido e rigoroso, o ISR, como todo índice baseado em agregações espaciais, é suscetível ao Problema da Unidade Espacial Modificável (MAUP). No entanto, mantida a mesma escala de análise, o índice permite comparações válidas dos padrões de segregação, garantindo coerência nas análises espaciais e apresentando estabilidade superior à de muitos outros indicadores do fenômeno.

Com base nas dimensões operacionais relacionadas especificamente às análises sobre segregação residencial, foi inicialmente considerada a possibilidade de realizar análises quantitativas detalhadas sobre a correlação entre taxas de desemprego, nível educacional e nível de renda com a

concentração das populações estudadas. Contudo, diante da indisponibilidade de dados suficientemente desagregados e detalhados para essas variáveis socioeconômicas nas seções censitárias selecionadas para as 34 áreas urbanas, não foi possível desenvolver essas análises de correlação de maneira quantitativa e explícita nesta etapa do trabalho. Reconhece-se essa limitação, sendo recomendável a sua superação em futuras pesquisas que disponham de dados mais detalhados.

A análise concentrou-se no estudo estatístico-espacial por meio do Índice de Segregação Residencial (ISR). Para a renda, considerou-se o nível médio por unidade de consumo (ajustando à renda familiar), a proporção da população com baixa renda (menos de 60% da mediana) e com alta renda (acima de 160% da mediana), abrangendo 3.194 seções censitárias nas áreas urbanas selecionadas.

Tradicionalmente, o ISR classifica valores abaixo de 0,3 como baixa segregação, entre 0,3 e 0,6 como moderada, e acima de 0,6 como alta segregação (Kantrowitz, 1973; Massey & Denton, 1993). Contudo, devido às especificidades das cidades médias espanholas — porte, densidade e características estruturais —, os intervalos foram ajustados para: baixa (< 0,3), moderada (0,3 a 0,4) e alta segregação (> 0,4) (Martin, Tate & Langford, 2000; Feitosa *et al.*, 2007).

Essa abordagem permitiu uma avaliação detalhada da dinâmica socioeconômica das áreas urbanas, identificando disparidades em renda, emprego e educação. O uso do ISR viabilizou a compreensão dos padrões espaciais da população brasileira nas cidades médias analisadas.

Resultados e discussões

A seção de resultados e discussões segue os objetivos definidos na introdução: (a) identificar padrões e tendências da distribuição dos brasileiros nas cidades médias espanholas; (b) analisar preliminarmente seus níveis de segregação residencial; e (c) explorar, de forma hipotética, fatores socioeconômicos e regionais ligados à sua concentração. A partir das evidências, propõe-se ainda uma reflexão inicial sobre possíveis eixos regionais de distribuição, considerando aspectos sociodemográficos, econômicos e culturais. Destaca-se o caráter exploratório deste estudo, que não busca explicações definitivas, mas levantar hipóteses e oferecer subsídios para pesquisas futuras sobre a segregação dos brasileiros na Espanha.

A interação entre escalas geográficas e indicadores demográficos é essencial para compreender os padrões de segregação nas cidades médias espanholas. Conforme a Figura 3, entre 2003-2007, a população da Espanha cresceu 1,42% ao ano. Nos períodos seguintes, o ritmo desacelerou para 0,9% (2007-2012) e -0,3% (2012-2017). De 2017-2022, registra-se novo crescimento, de 0,38% a.a., indicando recuperação demográfica, impulsionada pela entrada de população estrangeira no país.

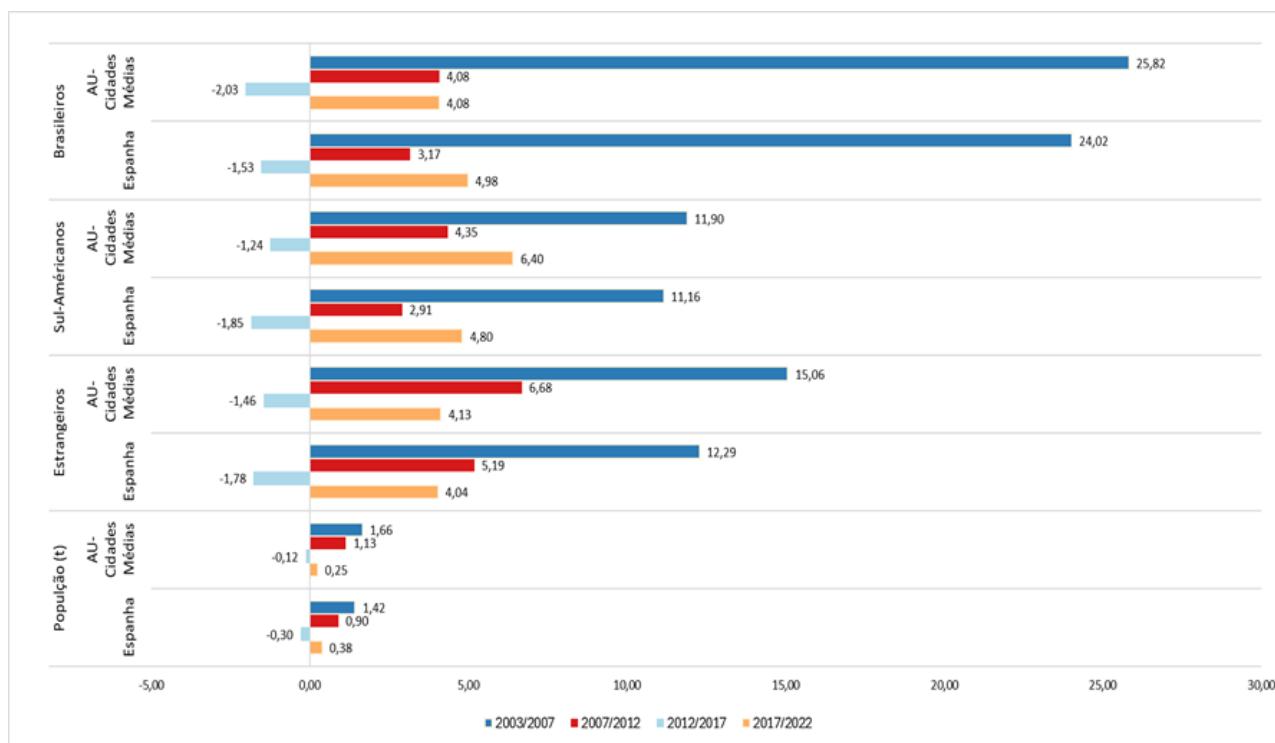


Figura 3 – Taxa geométrica de crescimento da população total, de estrangeiros, de sul-americanos e brasileiros (Espanha e Áreas Urbanas (AU) das cidades médias) - 2003/07, 2007/12, 2012/17 e 2017/22. Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística (INE) (2003, 2007, 2012, 2017 e 2022). Elaboração própria (2023). Nota: Os dados relativos aos países sul-americanos foram obtidos a partir do banco de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o qual abrange Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

As cidades médias espanholas seguiram tendência semelhante, com desaceleração menos acentuada entre 2003-2012. De 2012-2017, o declínio continuou, e entre 2017-2022, o crescimento foi quase nulo, de 0,03% a.a. A população estrangeira nas cidades médias cresceu fortemente em 2003-2007, a 15,06% a.a. Mesmo com a crise, manteve taxas positivas: 5,19% na Espanha e 6,68% nas cidades médias. Em 2012-2017 e 2017-2022, as taxas caíram (-1,78% e -1,46%), mas logo recuperaram, com aumentos de 4,04% e 4,13%, respectivamente. Esses dados indicam retomada do crescimento da população estrangeira, inclusive durante a pandemia.

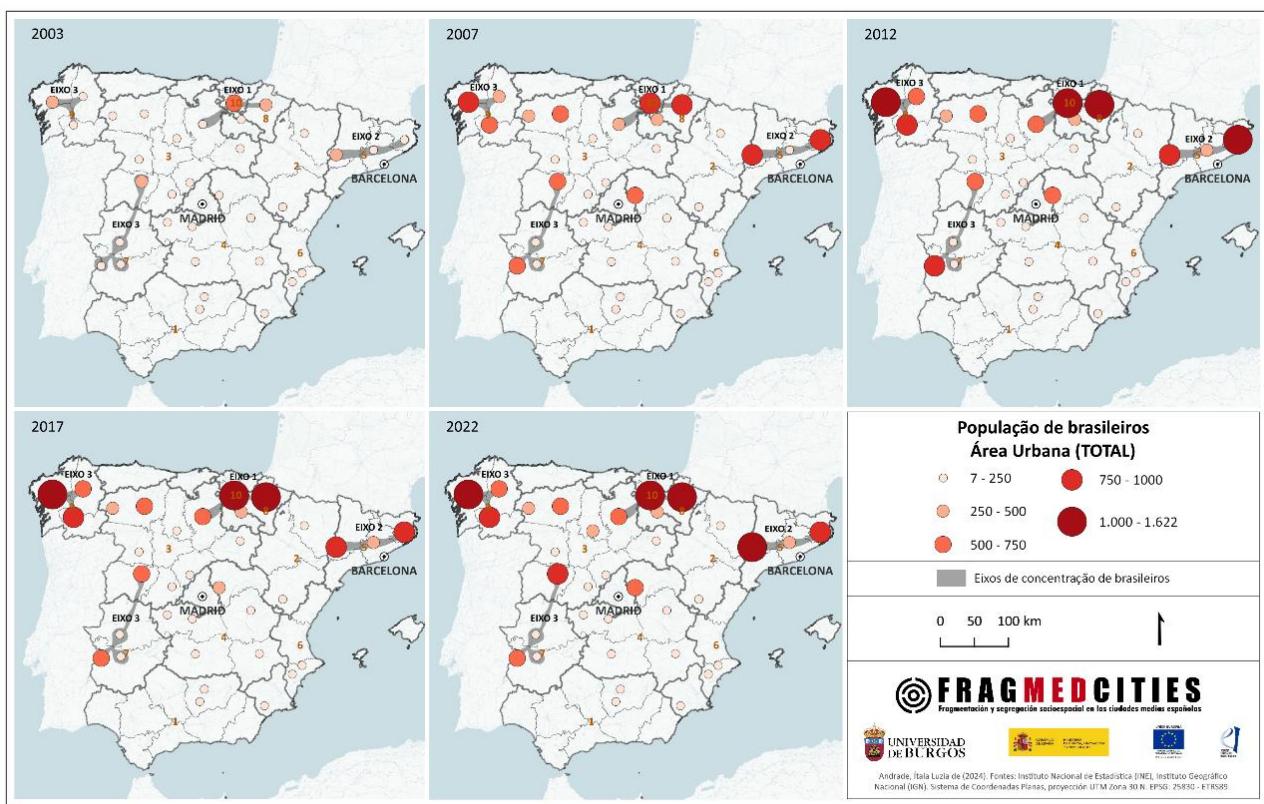
Entre 2003-2007, a população brasileira cresceu expressivamente na Espanha e nas cidades médias, com taxas de 24,02% e 25,82%, respectivamente, superando o crescimento dos sul-americanos em geral (11,16% e 11,90%). Embora não conclusiva, essa expansão pode estar ligada a fatores contextuais favoráveis à mobilidade e inserção inicial dos brasileiros, como a demanda por mão de obra de baixa e média qualificação, maior abertura do mercado de trabalho para estrangeiros, flexibilização da regularização migratória e fortalecimento das redes sociais e comunitárias. Apesar de não confirmadas pelos dados disponíveis, essas hipóteses oferecem uma base interpretativa preliminar para compreender as dinâmicas de crescimento da população brasileira na Espanha durante o período analisado.

No período 2007-2012, embora as taxas de crescimento dos brasileiros e sul-americanos fossem semelhantes, a desaceleração impactou mais fortemente os brasileiros, mesmo com decréscimos

menores nas cidades médias. Entre 2012-2017 e 2017-2022, em contexto de recuperação econômica e pandemia, ambos os grupos registraram cifras negativas, mas a queda foi mais acentuada para os brasileiros. No último intervalo (2017-2022), apesar da retomada do crescimento para brasileiros e sul-americanos, este último grupo superou a média de crescimento dos estrangeiros, tanto no nível nacional quanto nas cidades médias espanholas.

De algum modo, a crise econômica iniciada em 2008 parece ter provocado uma inflexão no crescimento, com desaceleração visível no período 2007–2012, ainda que com taxas positivas. No entanto, entre 2012 e 2017, observa-se um quadro de retração populacional, sendo os brasileiros o grupo mais afetado entre os estrangeiros analisados — fator que poderia indicar, naquele contexto específico, uma maior vulnerabilidade ou menor capacidade de fixação territorial nos primeiros anos pós-crise.

As Figuras 4 e 5 apresentam um conjunto de mapas que permite a observação espacial e temporal da distribuição da população brasileira em termos absolutos, bem como o impacto da migração desse grupo sobre o total de estrangeiros residentes nos períodos selecionados para a análise (2003, 2007, 2012, 2017 e 2022).



Comunidades Autônomas: 1 - Andalucía; 2 - Aragón; 4 - Castilla y León; 5 - Castilla-La Mancha; 6 - Cataluña/Catalunya; 7 - Comunitat Valenciana; 8 - Extremadura; 9 - Foral de Navarra; 10 - Galicia; 10 - País Vasco/Euskadi.

Figura 4 – População de brasileiros nas cidades médias, Espanha (2003, 2007, 2012, 2017 e 2022). Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística (INE) (2003, 2007, 2012, 2017 e 2022). Elaboração própria (2023).

A análise das Figuras 4 e 5 revela, de forma preliminar, padrões espaciais da população brasileira nas cidades médias espanholas entre 2003 e 2022. Destaca-se a predominância nas cidades da região setentrional, contrastando com menor presença no sul do país. Embora não corresponda a uma

regionalização formal, essa assimetria indica a possível formação de três eixos de concentração, possivelmente ligados a fatores econômicos (emprego e renda), históricos (fluxos migratórios prévios) e territoriais (proximidade de fronteiras ou grandes centros). Trata-se de uma hipótese inicial que orienta a leitura dos dados e sugere caminhos para futuras pesquisas.

Um primeiro eixo concentra-se em Burgos-Vitoria-Pamplona, com destaque para Vitoria-Gasteiz, que registra a maior presença absoluta de brasileiros entre as 34 cidades médias analisadas. Vale notar que Vitoria-Gasteiz é também a mais populosa do grupo. Esse eixo setentrional destaca-se por rendas superiores à média nacional e forte presença industrial, o que atrai imigrantes, contrastando com o sul da Espanha, marcado por rendas mais baixas e maior desemprego.

O segundo eixo abrange Girona-Manresa-Lleida, sendo Lleida um centro relevante, a quarta cidade média com maior presença de brasileiros. A proximidade de Lleida com Barcelona — segunda maior comunidade brasileira na Espanha, com cerca de 75 mil pessoas (INE, 2023) — ajuda a explicar esse quadro. A economia catalã, altamente capilarizada, impulsiona investimentos industriais e agrícolas na região. Contudo, tais dinâmicas não se replicam automaticamente em outras áreas metropolitanas, como no entorno de Madrid. Apesar de Madrid abrigar a maior comunidade brasileira na Espanha, com cerca de 90 mil pessoas (INE, 2023), sua influência sobre as cidades médias próximas (Ávila, Guadalajara, Segovia, Talavera de la Reina e Toledo) parece limitada, os resultados preliminares da pesquisa indicam que um terceiro eixo de concentração é observado nas cidades próximas à fronteira com Portugal, considerando que este país possui a segunda maior comunidade de brasileiros no mundo (360 mil pessoas), sendo superado apenas pelos Estados Unidos, cujo número chega a quase dois milhões de residentes brasileiros (IBGE, 2022).

Levanta-se a hipótese da entrada de brasileiros por Portugal, seguida da migração para áreas espanholas, impulsionada pela maior atratividade econômica da Espanha, que oferece salários médios superiores e maior diversidade de empregos em cidades médias fronteiriças. Destacam-se as cidades do corredor Lugo-Ourense-Santiago de Compostela, na Galícia, onde fatores identitários e culturais, como a proximidade linguística entre português e galego e as históricas trocas migratórias com o Brasil desde o século XIX (De Souza & Gonçalves, 2020), podem favorecer a integração dos brasileiros.

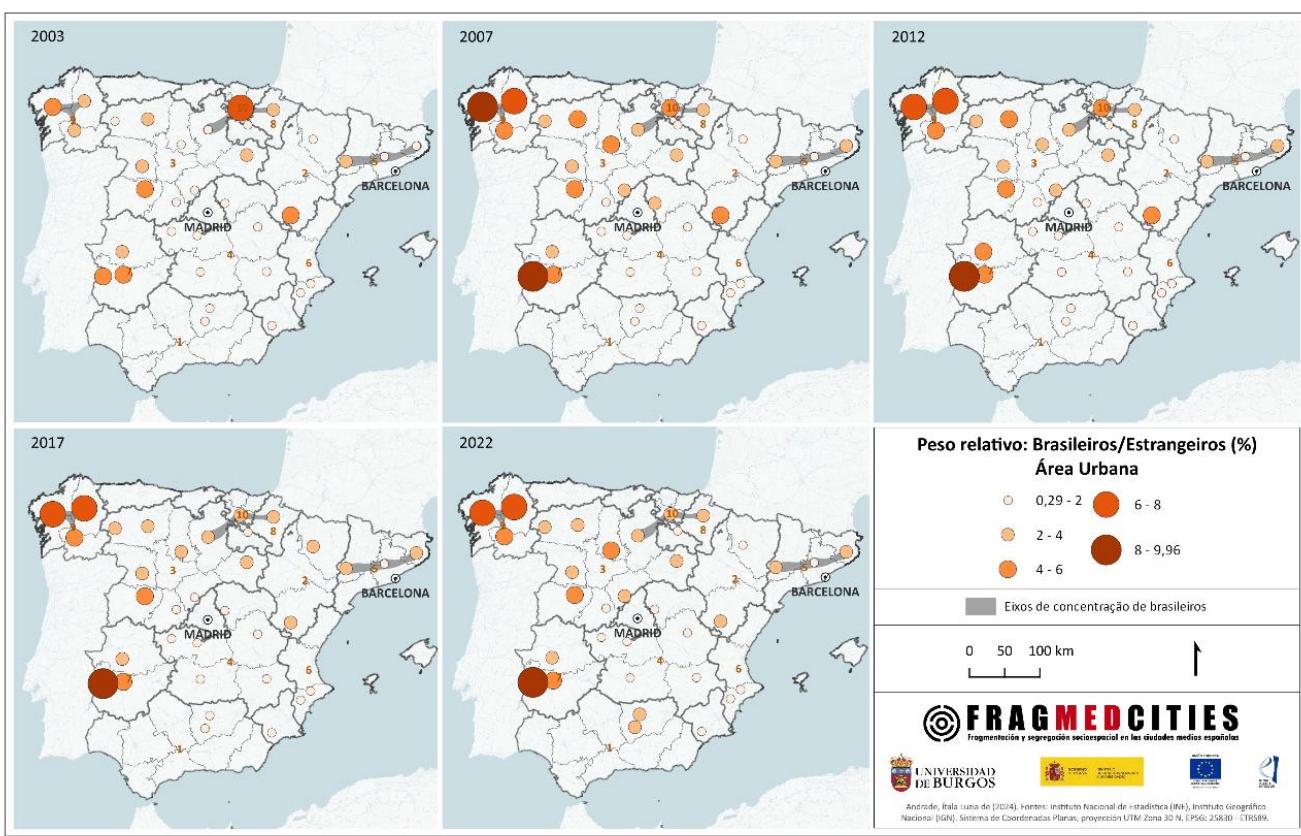
Um segundo corredor relevante, no quadrante oeste, abrange Salamanca-Cáceres-Mérida-Badajoz, delineando fluxos oriundos de Portugal, especialmente após 2012. Embora as cidades da Extremadura apresentem dinamismo econômico inferior às de Galícia e Castilla y León, configuram pontos estratégicos de entrada e permanência.

Nas 34 áreas urbanas analisadas, o crescimento da população brasileira foi expressivo: de 4.481 pessoas em 2003 para 15.119 em 2022. De modo geral, a vitalidade econômica espanhola funciona como polo de atração para brasileiros anteriormente em Portugal, motivados pela curta distância, melhores oportunidades de trabalho e afinidades linguísticas e culturais, especialmente na Galícia.

Contudo, ao examinar cada um dos períodos individualmente, outros elementos relevantes foram postos como possíveis resultados de reflexão. No intervalo inicial (2003–2007), todas as cidades analisadas apresentaram crescimento da população brasileira. No período seguinte (2007–2012), mesmo diante do impacto da crise econômica, apenas três cidades (Alcoy, Segovia e Soria) registraram diminuição nesse grupo populacional. Já entre 2012 e 2017, o padrão se inverte: 26 das 34 cidades médias

tiveram perdas absolutas na presença de brasileiros, o que pode indicar, ainda que de forma não conclusiva, os efeitos prolongados da crise e de possíveis restrições nas condições de permanência e inserção laboral.

Entre 2017 e 2022, apesar dos desafios da pandemia, observa-se recuperação parcial da presença brasileira, com crescimento em 32 das 34 cidades analisadas. Embora ainda prematuro apontar causas definitivas, algumas hipóteses incluem a reativação de setores que tradicionalmente absorvem imigrantes, como serviços, cuidados e agricultura, além do fortalecimento das redes migratórias e da busca por cidades médias com menor custo de vida em comparação às metrópoles. Essas possibilidades, embora careçam de confirmação empírica, abrem perspectivas para futuras pesquisas. Quanto ao peso da população brasileira entre os estrangeiros nas 34 cidades médias, a Figura 5 mostra que, na maioria delas, os brasileiros representam menos de 5% do total de imigrantes, indicando participação ainda modesta no conjunto da população estrangeira.



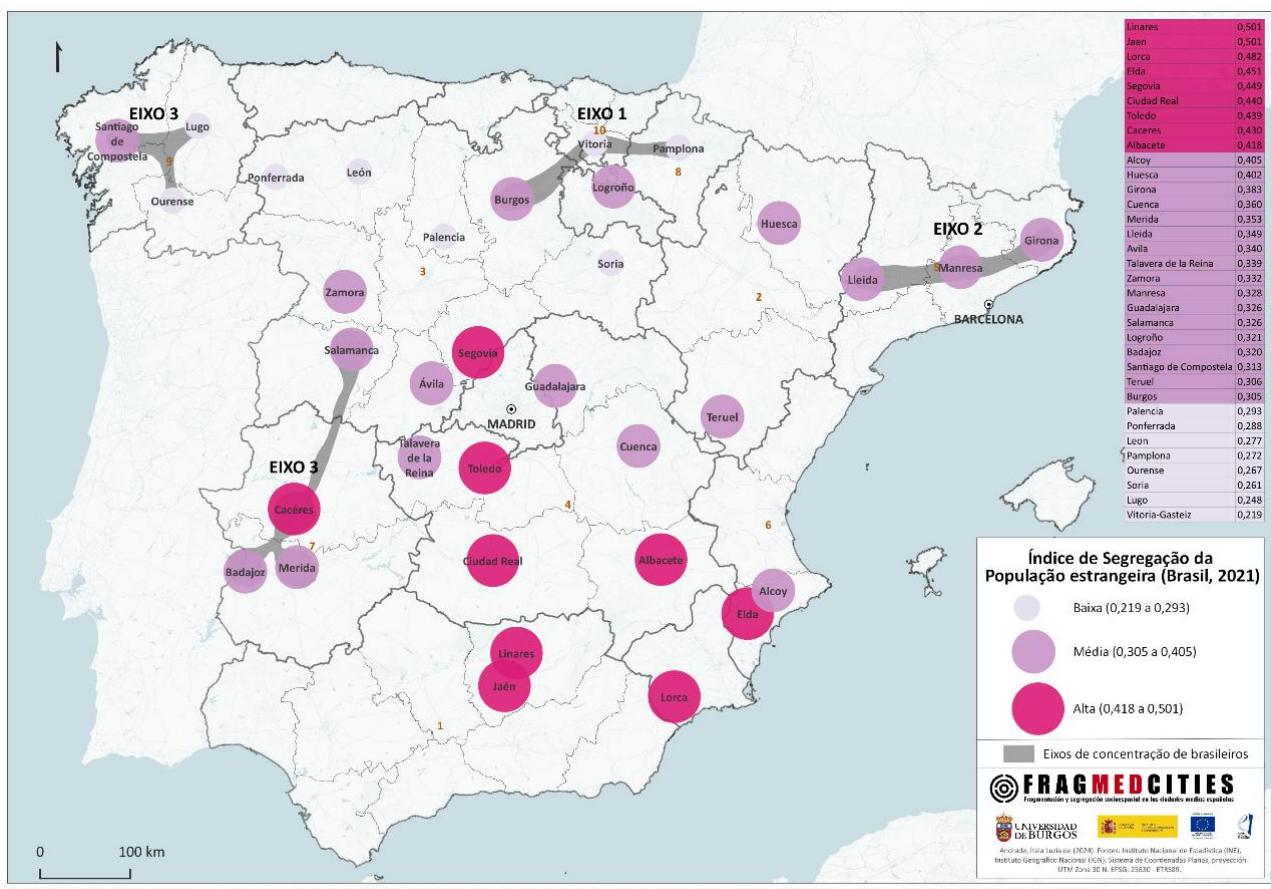
Comunidades Autónomas: 1- Andalucía; 2 - Aragón; 4 - Castilla y León; 4 - Castilla-La Mancha; 5 - Cataluña/Catalunya; 6 - Comunitat Valenciana; 7 - Extremadura; 8- Foral de Navarra; ; 9- Galicia; 10 - País Vasco/Euskadi.

Figura 5 – Peso percentual da população de brasileiros sobre a população de estrangeiros, Espanha (2003, 2007, 2012, 2017 e 2022). Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística (INE) (2003, 2007, 2012, 2017 e 2022). Elaboração própria (2023).

Alguns territórios apresentam particularidades, como Mérida e Badajoz (Eixo 3, Extremadura). Em Mérida, os brasileiros superaram 5% dos estrangeiros em todos os períodos, enquanto Badajoz, entre as cinco cidades médias com maior presença de brasileiros, liderou entre 2007 e 2022, alcançando 9,96% em 2007. Na Galícia, Lugo, Ourense e Santiago de Compostela também se destacam. Santiago

permaneceu entre as cinco principais cidades em peso demográfico dos brasileiros, atingindo 8,62% em 2007, enquanto Lugo e Ourense figuraram, desde 2007, entre as líderes nessa proporção. A proximidade com Portugal e o maior poder econômico da Espanha, refletido em salários e oportunidades de emprego, parecem explicar essa tendência persistente ao longo dos períodos analisados.

Esta última etapa da análise explora a segregação residencial da população brasileira nas cidades médias espanholas, com base no Índice de Segregação Residencial (ISR) e sua representação cartográfica. Trata-se de uma abordagem quantitativa preliminar, voltada a levantar hipóteses iniciais e pistas interpretativas, sem pretensão de resultados conclusivos. Reconhecem-se, contudo, as limitações de se utilizar isoladamente o índice para explicar fenômenos complexos. Por isso, os resultados devem ser interpretados com cautela, como um primeiro passo exploratório, a ser aprofundado com análises adicionais, especialmente em escalas intraurbanas e no nível das unidades censitárias, complementadas por investigações qualitativas que ampliem a compreensão da segregação dos brasileiros no espaço urbano espanhol.



Comunidades Autônomas: 1- Andalucía; 2 - Aragón; 4 - Castilla y León; 4 - Castilla-La Mancha; 5 - Cataluña/Catalunya; 6 - Comunitat Valenciana; 7 - Extremadura; 8- Foral de Navarra; ; 9- Galicia; 10 - País Vasco/Euskadi.

Figura 6 – Índice de Segregação Residencial (ISR) da população brasileira, Espanha (2021). Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística - INE (2021). Elaboração própria (2023).

Como movimento inicial, testou-se uma possível correlação entre o nível de segregação residencial da população brasileira e o porte demográfico das cidades médias. No entanto, os dados não revelaram qualquer tendência conclusiva: cidades com populações muito distintas — como Teruel (36.444

habitantes), e Pamplona, (371.747 habitantes), — que apresentaram índices semelhantes ou inversos de segregação, sugerem que o fenômeno não depende exclusivamente do tamanho populacional, mas provavelmente de condicionantes contextuais e estruturais específicos a cada localidade.

A partir da Figura 6, observa-se uma possível divisão das cidades em três grandes blocos, conforme os níveis de segregação da população brasileira. O primeiro grupo, com 9 cidades (26,5% da amostra), apresenta índices considerados altos, incluindo Linares, Jaén, Lorca, Elda, Segovia, Ciudad Real, Toledo, Cáceres e Albacete. Um segundo grupo, com 17 cidades (50%), situa-se em um nível moderado, (Alcoy, Huesca, Girona, Cuenca, Mérida, Lleida, Ávila, Talavera de la Reina, Zamora, Manresa, Guadalajara, Salamanca, Logroño, Badajoz, Santiago de Compostela, Teruel e Burgos. Por fim, o terceiro grupo — com 8 cidades (23,5%) — revela níveis baixos de segregação, incluindo Palencia, Ponferrada, León, Pamplona, Ourense, Soria, Lugo e Vitoria-Gasteiz.

Essa distribuição territorial parece sugerir um padrão preliminar de clivagem norte-sul, onde as cidades do sul concentram, de forma mais recorrente, os índices mais elevados de segregação, enquanto no Norte há maior presença de cidades com índices baixos. Essa configuração, embora hipotética, pode refletir desigualdades regionais mais amplas do próprio território espanhol, associadas a distintos níveis de dinamismo econômico, qualidade dos serviços públicos, políticas habitacionais e inserção de população estrangeira no mercado de trabalho.

Algumas comunidades autônomas apresentam padrões internos contrastantes. Em Castilla-La Mancha, por exemplo, observa-se uma divisão entre cidades com alta e moderada segregação, o que pode indicar diferenças intrarregionais na estrutura urbana ou no acesso à moradia pela população brasileira na relação centro-periferia. Já em Castilla y León, com exceção de Segovia — que apresenta um dos mais altos ISR's entre as cidades analisadas —, predomina uma segregação de grau moderado e baixo. O caso de Segovia, nesse contexto, se destaca como uma anomalia analítica que merece atenção específica em estudos futuros, possivelmente associada a restrições no mercado de habitação, talvez pelo impacto das universidades em seus territórios, a relativa proximidade com a área metropolitana de Madrid ou outras formas particulares de ocupação territorial.

No norte da Espanha, especialmente em Navarra e País Basco, Pamplona e Vitoria-Gasteiz — cidades com expressivo contingente de brasileiros — apresentam alguns dos índices mais baixos de segregação. Situação semelhante ocorre na Galícia: Ourense e Lugo registram baixos níveis, enquanto Santiago de Compostela apresenta índice moderado. A forte presença de brasileiros nessas cidades, ligada às redes migratórias oriundas de Portugal e à afinidade linguística e cultural com o galego, indica dinâmicas de inserção diferenciadas, apontando para a necessidade de estudos futuros nessas comunidades.

Na Andaluzia, Linares e Jaén registram alta segregação, padrão também observado em Elda (alta) e Alcoy (moderada), na Comunidade Valenciana, sugerindo tendência na região sul. Em Castilla-La Mancha, das seis cidades analisadas, três são de alta segregação (Ciudad Real, Toledo e Albacete) e três de moderada (Cuenca, Talavera de la Reina e Guadalajara). Em Castilla y León, entre as nove cidades médias, quatro são de baixa segregação (Palencia, Ponferrada, León e Soria) e quatro de moderada (Ávila, Zamora, Salamanca e Burgos). Aragón (Huesca e Teruel) e Catalunha (Girona, Lleida e Manresa) apresentam níveis moderados. Nas comunidades uniprovinciais, Logroño (La Rioja) exibe segregação moderada, enquanto Lorca (Murcia) apresenta um dos índices mais altos entre as cidades analisadas.

Os dados indicam que a segregação residencial não se explica apenas por variáveis quantitativas ou geográficas, mas também por dinâmicas socioeconômicas, políticas e sociais. Cidades com mercados de trabalho menos segmentados, oferta habitacional diversificada e migrações consolidadas tendem a ter menor segregação, enquanto aquelas com maiores desigualdades, escassez de políticas públicas ou redes migratórias recentes favorecem a concentração da população brasileira. Embora essas hipóteses careçam de confirmação plena, os resultados abrem caminhos promissores para futuras pesquisas. As limitações do índice e da abordagem quantitativa destacam a importância de integrar dados qualitativos, análises de redes migratórias e políticas locais de urbanismo e inclusão, temas que serão aprofundados nas considerações finais.

Em síntese, a análise dos índices de segregação da população brasileira nas cidades médias espanholas revela padrões demográficos e geográficos diversos, influenciados por fatores socioeconômicos e fluxos migratórios históricos. Embora existam contrastes entre os contextos urbanos, observa-se que a segregação residencial tende a ser moderada na maioria dessas cidades, especialmente se comparada às áreas metropolitanas espanholas, onde a segregação é mais acentuada. A identificação de áreas de concentração, aliada à heterogeneidade nos níveis de segregação, evidencia a complexidade da distribuição espacial dos brasileiros. Esses resultados, embora preliminares, abrem caminho para pesquisas futuras, aprofundando as implicações sociais e políticas da segregação em contextos urbanos não metropolitanos.

Conclusões

As reflexões propostas neste artigo sobre a distribuição espacial da população brasileira nestas últimas duas décadas revelam, de forma inédita e pioneira, alguns aspectos relevantes da dinâmica migratória e da segregação residencial em cidades médias do interior peninsular da Espanha. Embora se trate de uma análise preliminar e de natureza exploratória, os dados levantados evidenciam como esse grupo migrante interage com as distintas configurações do sistema urbano espanhol, marcadamente fora dos grandes eixos metropolitanos. Reconhece-se, no entanto, que a ausência de estudos comparativos com outros grupos estrangeiros — especialmente latino-americanos — constitui uma limitação da pesquisa e, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a ampliação futura do campo investigativo.

As cidades médias analisadas apresentaram ritmos semelhantes de crescimento demográfico e parecem oscilar a partir de aspectos mais estruturais, conforme os ciclos econômicos nacionais. Embora a presença brasileira nessas cidades seja proporcionalmente menor do que nas grandes metrópoles, as taxas de crescimento superiores às de outros grupos sul-americanos sugerem mudanças potenciais nas estratégias e destinos migratórios dos brasileiros, possivelmente relacionados à busca por melhores condições de vida, redes de apoio mais consolidadas e maior acessibilidade ao mercado de trabalho no conjunto destas cidades médias.

Quanto as tendências apresentadas acerca do fenômeno da segregação, os dados obtidos por meio do Índice de Segregação Residencial (ISR) apontam, em geral, para níveis baixos ou moderados, com maior incidência de segregação nas cidades do sul da Espanha e tendência inferiores nas cidades setentrionais. Embora o ISR ofereça um retrato útil sobre a relação da população brasileira com este fenômeno, ele não é capaz de capturar toda a complexidade envolvida, especialmente em contextos

urbanos com características distintas e identificadas para o conjunto das cidades. A compreensão aprofundada desse processo exige um olhar atento às especificidades dos territórios e às dinâmicas internas de cada cidade.

É fundamental aprofundar a investigação intraurbana nas cidades de comunidades autônomas com maior segregação, como Andaluzia, Castilla-La Mancha e Região de Murcia. A aplicação de diversos índices de segregação, em múltiplas escalas, e a desagregação espacial desses territórios podem oferecer leitura mais precisa dos fatores que condicionam a inserção dos brasileiros. Elementos como estrutura urbana, mercado habitacional e políticas públicas são centrais na diferenciação dos padrões de segregação. Estudos detalhados sobre bairros de maior concentração de brasileiros, condições infraestruturais, valores de aluguel e perfil socioeconômico das famílias contribuirão para aprofundar a compreensão da relação entre segregação e presença estrangeira nas cidades médias espanholas, ampliando o debate e orientando futuras pesquisas.

Além disso, a investigação das escalas da vida cotidiana por meio de pesquisas qualitativas em desenvolvimento no âmbito do projeto busca complementar e aprofundar a compreensão das trajetórias migratórias dos brasileiros e sua relação com o espaço urbano. Como um ponto futuro dentro da agenda de pesquisa, buscamos identificar os mecanismos de proteção estruturados a partir de redes migratórias, os padrões de mobilidade residencial dentro das próprias cidades e os deslocamentos em escalas mais amplas, que incluem mudanças para outras cidades ou comunidades autônomas. Essas análises permitirão avaliar se as cidades médias se consolidam como destinos finais, espaços de transição ou pontos de passagem dentro das trajetórias migratórias, abrangendo deslocamentos para áreas metropolitanas na Espanha, outros países da União Europeia ou, eventualmente, o retorno ao Brasil. Além disso, investigações em escalas mais detalhadas, como em quarteirões e edifícios, podem revelar fenômenos como micro segregação e segregação vertical, oferecendo uma visão mais precisa da realidade urbana nestas cidades.

Dessa forma, os resultados aqui apresentados não apenas ampliam a compreensão sobre a presença brasileira nas cidades médias espanholas, mas também apontam para a urgência de articulações entre escalas de análise, abordagens qualitativas e dados espaciais mais refinados. Trata-se de um primeiro passo que, embora limitado, oferece elementos relevantes para o debate sobre migração, população estrangeira e a segregação urbana no contexto europeu contemporâneo. A continuidade das investigações, já em curso, pretende aprofundar essas questões e construir um quadro analítico mais completo sobre os processos de inserção espacial da população brasileira no território espanhol.

Agradecimentos

Os resultados apresentados formam parte do projeto de pesquisa financiado pelo Ministerio de Ciencia e Innovación (MCIN), intitulado: “Segregación socioespacial y Geografías de la vida cotidiana en las ciudades medias españolas y sus áreas urbanas (PID2021-124511NB-C21).

Declaração De Disponibilidade De Dados

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste artigo está disponível no SciELO DATA e pode ser acessado em <https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.RWEVDA>.

Referências

Andres, L. G., & Bellet, C. (2022). El planeamiento urbanístico y la transformación reciente de las ciudades medias españolas (1979-2019). In Bellet, C. & F. Cebrián (Eds.), *Ciudades medias en España: Urbanización y políticas urbanísticas (1979-2019)*. Universitat de Lleida.

Andrés, L. G., Bellet, C., & Cebrián, F. (2023). Buscando límites a la urbanización dispersa: Metodología para la delimitación de áreas urbanas en las ciudades medias españolas. *Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística*, 26, 143–166. <https://doi.org/10.24197/ciudades.26.2023.143-166>

Arbaci, S. (2019). *Paradojas de la segregación. Sistemas de vivienda, regímenes de bienestar y cambio étnico residencial en las ciudades del sur de Europa*. John Wiley & Sons Ltd. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118867365>

Barrio, Á., & Duarte, E. (2012). La inmigración brasileña en España: Consideraciones a partir de datos estadísticos. *Studia Zamorensia*, 11, 65–86.

Batella, W. B. (2013). *Os limiares das cidades médias: Reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni MG* (Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista.

Bauder, H., & Sharpe, B. (2002). Residential segregation of visible minorities in Canada's gateway cities. *The Canadian Geographer / Le Géographe canadien*, 46(3), 204–222. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.2002.tb00741.x>

Becerril, D., & Cabello, J. (2022). Matrimonios y divorcios transnacionales entre Brasil y España. *Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones*, 56, 1–22. <https://doi.org/10.14422/mig.2022.023>

Bellet, C., & Andrés, G. (2021). Urbanización, crecimiento y expectativas del planeamiento urbanístico en las áreas urbanas intermedias españolas (1981-2018). *Investigaciones Geográficas*, 76, 31–52. <https://doi.org/10.14198/INGEO.18054>

Bayona i Carrasco, J., & Gay, A. (2011). Concentración, segregación y movilidad residencial de los extranjeros en Barcelona. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 57(3), 381-412. <https://raco.cat/index.php/DocumentsAnalisi/article/view/248435>.

Brasil. (2023). Comunidades brasileiras no exterior: Ano-base 2022. Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídico. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>

Capel, H. (2002). La morfología de las ciudades: Tomo I: Sociedad, cultura y paisaje urbano. Ed. Serbal.

Carling, J., & Schewel, K. (2020). Revisiting aspiration and ability in international migration. In F. L. Collins & J. Carling (Eds.), *Aspiration, desire and the drivers of migration* (pp. 37-55). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429281181-2-j%C3%B8rgen-carling-kerilyn-schewel>

Cavalcanti, L., & Parella, S. (2012). Entre las políticas de retorno y las prácticas transnacionales de los migrantes brasileños: Re-pensando el retorno desde una perspectiva transnacional. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 2(2), 109–124.

Checa, J. C., & Arjona, Á. (2006). Segregación y condiciones residenciales de los inmigrantes africanos en Almería (España). *Migraciones Internacionales*, 3(3), 81–106. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062006000100004

Checa, J. C., Arjona, Á., & Checa-Olmos, F. (2011). Segregación residencial de la población extranjera en Andalucía, España. *Papeles de Población*, 17(70), 219-246. DOI: <https://doi.org/10.17428/rmi.v3i10.1204>

De Haas, Hein; Castles, Stephen; Miller, Mark J. *The age of migration: International population movements in the modern world*. Bloomsbury Publishing, 2019.

De Mattos, C. A. (2010). Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina: De la ciudad a lo urbano generalizado. *Revista de Geografía Norte Grande*, 47, 81-104.

De Souza, B., & Gonçalves, D. (2020). A invisibilidade da imigração galega e a produção de uma identidade social híbrida nas novas terras (São Paulo, 1880-1910). *Historia y Memoria de la Educación*, 12, 57–80. <https://doi.org/10.5944/hme.12.2020.25979>

Díaz Parra, I. (2010). Distribución y segregación de la población residente extranjera en el municipio de Sevilla (2000-2008). *Estudios Geográficos*, 71(268), 103-128. DOI: <https://doi.org/10.3989/estgeogr.0470>

Duncan, O. D., & Duncan, B. (1955). A methodological analysis of segregation indexes. *American Sociological Review*, 20(2), 210–217.

Dustmann, C., & Fabbri, F. (2003). Language proficiency and labour market performance of immigrants in the UK. *The Economic Journal*, 113(489), 695-717.

Eriksson, K., & Ward, Z. (2019). The residential segregation of immigrants in the United States from 1850 to 1940. *The Journal of Economic History*, 79(4), 989–1026. <https://doi.org/10.1017/S0022050719000536>

Feitosa, F., Camara, G., Monteiro, A. M. V., Koschitzki, T., & Silva, M. P. (2007). Global and local spatial indices of urban segregation. *International Journal of Geographical Information Science*, 21(3), 299–323. <https://doi.org/10.1080/13658810600911903>

Gorard, S. (2011). Measuring segregation - Beware of the cautionary tale by Johnston and Jones. *Environment and Planning*, 43(1), 3–7. <https://doi.org/10.1068/a43309>

Guizardi, L. (2013). Para pensar las redes transnacionales: Itinerarios e historias migratorias de los capoeiristas brasileños en Madrid. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 10, 229–271. <https://doi.org/10.1590/S1809-43412013000200008>

He, S., Li, S.-M., & Chan, K. W. (2015). Migration, communities, and segregation in Chinese cities: Introducing the special issue. *Eurasian Geography and Economics*, 56(3), 223–230. <https://doi.org/10.1080/15387216.2015.1103661>

Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). (2022). *Estadísticas de población*. <https://www.ibge.gov.br/>

Instituto Nacional de Estadística (INE). (2023). *Censos de Población y Viviendas 2021: Metodología*. Versión provisional. Subdirección General de Estadísticas Demográficas.

Johnston, R., Poulsen, M., & Forrest, J. (2011). Evaluating changing residential segregation in Auckland, New Zealand, using spatial statistics. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, 102(1), 1–23. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2009.00577.x>

Kantrowitz, N. (1973). *Ethnic and racial segregation in the New York metropolis: Residential patterns among white ethnic groups, blacks, and Puerto Ricans*. Praeger Special Studies in US Economic, Social and Political Issues Series. <https://eric.ed.gov/?id=ED088977>

Kogan, I. (2006). Labor markets and economic incorporation among recent immigrants in Europe. *Social Forces*, 85(2), 697–721.

Lee, C. L., Bangura, M., & Lin, J. (2025). Residential segregation of Chinese minority groups in Greater Sydney. *Habitat International*, 158, 103331. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2025.103331>

Liang, H. (2025). Residential segregation in Japan: Ethnic stratification in a global new destination. *Population Research and Policy Review*, 44(2), 18. <https://doi.org/10.1007/s11113-025-09943-5>

López Trigal, L. (2014). Identificación y caracterización estratégica de las ciudades y aglomeraciones medias ibéricas. Ciudad y Territorio. *Estudios Territoriales*, 182, 625–649. Recuperado de <https://apps.fomento.gob.es/CVP/handlers/pdfhandler.ashx?idpub=BP1010>

Madariaga, R., Martori, J. C., & Oller, R. (2020). Renta salarial, desigualdad y segregación residencial en las ciudades medianas de Cataluña. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 24. <https://doi.org/10.1344/sn2020.24.28202>

Malheiros, J. (2002). Ethni-cities: Residential patterns in the Northern European and Mediterranean metropolises—Implications for policy design. *International Journal of Population Geography*, 8(2), 107–134. <https://doi.org/10.1002/ijpg.247>

Maloutas, T., & Fujita, K. (Eds.). (2012). *Residential segregation in comparative perspective: Making sense of contextual diversity*. Ashgate.

Martin, D., Tate, N. J., & Langford, M. (2000). Refining population surface models: Experiments with Northern Ireland Census data. *Transactions in GIS*, 4, 343–360. <https://doi.org/10.1111/1467-9671.00060>

Massey, D. S., & Denton, N. A. (1988). The dimensions of residential segregation. *Social Forces*, 67(2), 281–315. <https://doi.org/10.2307/2579183>

Ministério das Relações Exteriores. (2023). *Estadísticas de imigração*. <https://www.gov.br/pt-br>

Ministerio de Transportes, Movilidad y Agenda Urbana (MTMA) (2018). *Atlas Digital de las Áreas Urbanas*. Recuperado de <https://www.mitma.gob.es/portal-del-suelo-y-politicas-urbanas/atlasestadistico-de-las-areas-urbanas> e <https://www.mitma.gob.es/portal-del-suelo-y-politicas-urbanas/sistema-deinformacion-urbana/sistema-de-informacion-urbana-siu>

Miramontes Carballada Ángel & Vieira Sa Marques, Teresa (2016), "Las áreas urbanas de la península Ibérica. Un ejercicio de delimitación", *Papeles de Geografía*, nº62, pp. 47-63. DOI: <http://dx.doi.org/10.6018/geografia/2016/247681>

Musterd, S. (2005). Segregación social y étnica en Europa: niveles, causas y efectos. *Revista de Asuntos Urbanos*, 27(3), 331-348. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0735-2166.2005.00239.x>

Musterd, S. (Ed.). (2020). *Urban segregation: Contexts, domains, dimensions and approaches*. In *Handbook on urban segregation* (pp. 2-17). Edward Elgar Publishing.

Navarro, José María Martínez; González, Juan Antonio García; Gómez, Luis Alfonso Escudero. Las ciudades medias de España y sus coronas en el siglo XXI (2000-2017): dinámica demográfica y desarrollo inmobiliario. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 2020, vol. 12, p. e20190202.

Parella, S., & Cavalcanti, L. (2010). La movilidad ocupacional de las mujeres inmigrantes brasileñas en España. *Sociedad y Economía*, 19, 11–32. <http://www.scielo.org.co/pdf/soec/n19/n19a02.pdf>

Pérez, J. (2015). Examining trafficking statistics regarding Brazilian victims in Spain and Portugal. *Crime, Law and Social Change*, 63, 159–190. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10611-015-9562-x>

Piscitelli, A. (2009). Tránsitos: Circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial. *Horizontes Antropológicos*, 15, 101–136. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000100005>

Porcel, S. (2020). *Desigualdad social y segregación residencial, una relación compleja*. España: Foessa.

Porcel, S., & Antón, F. (2021). Barcelona y el modelo paradójico de segregación residencial. Encrucijadas. *Revista Crítica de Ciencias Sociales*, 21(1).

Queiroz, S. N. de, Ojima, R., Campos, J., & Fusco, W. (2020). Migração em cidades médias do interior nordestino: A atração migratória como elemento distintivo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 22, e202033. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202033pt>

Robaina, I. M. M., Andrés López, G & Soria Cáceres, C.H (2024). El estudio de la segregación socioespacial urbana en España: Análisis bibliométrico, 1981-2020. *Revista geográfica venezolana*, 65(1), 77-99. <https://doi.org/10.53766/RGV>

Rodríguez, J., & Arriagada, C. (2004). Segregación residencial en la ciudad latinoamericana. *EURE* (Santiago), 30(89), 5–24. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612004008900001>

Rubiales, M. (2020). Segregación en las metrópolis españolas 2001-2011: Un análisis con detalle territorial. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 66(1), 83-105. <https://doi.org/10.5565/rev/dag.581>

Sabatini, F., Cáceres, G., & Cerda, J. (2001). Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. EURE (Santiago), 27(82), 21–42. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612001008200002>

Sorando, D., & Leal, J. (2019). Distantes y desiguales: El declive de la mezcla social en Barcelona y Madrid. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, 167, 125-148. <https://doi.org/10.5477/cis/reis.167.12>

Sposito, M. E. B. (2001). Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média (pp. 235-254). Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP.

Sposito, M. E. B. (2009). Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras (1^a ed., Vol. 1, 57 p.). Belém: FASE e UFPA.

Tammaru, T., Van Ham, M., Marcińczak, S., & Musterd, S. (Eds.). (2015). Socio-economic segregation in European capital cities: East meets West. Routledge.

Tibajev, A., & Hellgren, C. (2019). The effects of recognition of foreign education for newly arrived immigrants. European Sociological Review, 35(4), 506-521.

Van Kempen, R. (2005). Segregation and housing conditions of immigrants in Western European cities. In Cities of Europe: Changing contexts, local arrangements, and the challenge to urban cohesion (pp. 190–209). Wiley.

Van Ham, M., Tammaru, T., Ubarevičienė, R., & Janssen, H. (2021). Segregación socioeconómica urbana y desigualdad de ingresos: una perspectiva global. Springer International Publishing. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-64569-4>

Vaughan, L., & Arbaci, S. (2011). The challenges of understanding urban segregation. Built Environment, 37(2), 128-138.

Villaça, F. (1998). Espaço intra-urbano no Brasil. Studio Nobel. ISBN 858544575

Wacquant, L. (2007). Los condenados de la ciudad: Gueto, periferias y Estado. Siglo XXI.

Wirth, L. (1929). The ghetto. University of Chicago Press.

Wong, D. (2004). Comparing traditional and spatial segregation measures: A spatial scale perspective. Urban Geography, 25(1), 66-82. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.25.1.6>

Yao, Y., & Van Ours, J. C. (2015). Language skills and labor market performance of immigrants in the Netherlands. Labour Economics, 34, 76-85.

Zorbaugh, H. W. (1929). The gold coast and slum: A sociological study of Chicago's Near North Side. The University of Chicago Press.

Editora responsável: Geisa Bugs

Submissão: 19-Aug-2024

Aceite: 02-jul.-2025